MUNDARÉU - UM PODCAST DE ANTROPOLOGIA
Uma parceria entre o LABJOR/Unicamp e o DAN/UnB

Sexta temporada

Episódio #34: Saberes feministas e experiências de militância e pesquisa no Maranhão (MA)

Transcrição do episódio: Maxie Viana Pereira
Revisão da transcrição: Daniela Manica e Igor Pereira
Roteiro: Maxie Viana Pereira

Legenda

BLOCO

TRILHA SONORA

Vinheta de abertura: "Já foi", de Janine Mathias.

Samba com violão de sete cordas, cavaco e guitarra, surdo, triângulo e ganzá. Tocada leve e envolvente se introduz pela melodia instrumental. A voz feminina canta:

Pra que esperar se eu sou movimento?
Pra que questionar inventaram o tempo
É hora, agora, já foi
É hora, agora, já foi
Vem, vamos brincar de amanhecer, e o amanhã vai se estabelecer
É hora, agora, já foi
É hora, agora, já foi

ABERTURA

Maxie: Olá, eu sou a Maxie Viana, graduanda em Ciências Sociais e da equipe do Mundaréu. Neste episódio, você vai nos escutar do coração de São Luís, no Maranhão. Nós estivemos no Centro Histórico, e conversamos com duas pesquisadoras e militantes feministas: as professoras Neuzeli Pinto e Mary Ferreira. Da militância dos anos 80 à construção de políticas públicas dentro da

universidade, suas trajetórias revelam como a produção de conhecimento pode se alinhar ao enfrentamento das desigualdades de gênero no Maranhão.

Clarissa: E eu sou a Clarissa Reche, doutora em Ciências Sociais. Essa entrevista foi gravada em 2024, pela Maxie, a Daniela Manica e a Vanessa Lourenço, que na época fazia parte da nossa equipe. As professoras nos receberam no prédio da História da UEMA, que fica em um casario colonial do Centro Histórico. O prédio é daqueles antigos, tem paredes grossas e aquele piso de madeira que range com os passos. Então, durante o episódio, você pode ouvir ruídos dos passos dos estudantes no andar de cima.

Maxie: A professora Neuzeli atua na Universidade Estadual do Maranhão, e a Mary, na Universidade Federal do Maranhão. Mais do que pesquisadoras, elas são também formadoras, militantes e agitadoras de saberes que atravessam o cotidiano, a política e o fazer universitário. Neste episódio, a gente vai mergulhar em suas trajetórias, nos desafios de enfrentar a violência de gênero dentro das instituições e na potência transformadora de um feminismo que se enraíza no fazer coletivo.

[Trilha sonora]
Samba com violão de sete cordas, cavaco e guitarra, surdo, triângulo e ganzá. Tocada leve e envolvente se introduz pela melodia instrumental.

É hora, agora, já foi
Eu quero cantar pra saudar o vento
Que é como o amar de cada momento
A paixão e a paz e eu já não me aguento
É querer demais que eu tenho aqui dentro

BLOCO 1 - CAMINHOS DE FORMAÇÃO E ENGAJAMENTO

Maxie: Neuzeli e Mary chegaram à universidade a partir de diferentes trajetórias, mas com um ponto em comum: a militância feminista.

Clarissa: Suas histórias mostram como a vida política e a vida acadêmica podem andar lado a lado. A professora Neuzeli se apresentou primeiro…

Neuzeli Pinto: Então, meu nome é Neuzeli, Neuzeli Pinto. Eu sou professora adjunta da Universidade Estadual do Maranhão e trabalho na área de Psicologia Social. Minha formação é em Economia Doméstica, na minha graduação. Fiz o mestrado na USP de Ribeirão em Psicologia e depois em Teoria do Comportamento na UFPA, em Belém. Então, me enveredei nessa área da Psicologia Social e fui trabalhando com sociabilidade, família, e, de certa forma, isso me trouxe para questões das mulheres, né? Me trouxe pra questão das mulheres, porque não dá para falar de família sem falar do papel que essas mulheres representam dentro da família. Então, quando eu já adentrei nos meus estudos, no doutorado, eu já fui já levantando questões propriamente ditas das mulheres: a sua representação, o seu papel, as atividades que elas exercem no trabalho, no trabalho produtivo, também no trabalho reprodutivo dentro da família, também nas associações. Ou seja, como elas se posicionam dentro desses contextos. E foi aí que eu descobri as comunidades tradicionais, que eu fui me enveredando nessa área das mulheres.

Mas, atualmente, eu estou coordenando um grupo de pesquisa na UEMA, que é o NEGESF, que é o Estudo e Pesquisa sobre Família, Gênero e Sexualidade, que é onde a gente desenvolve nossos projetos de extensão, nosso projeto de pesquisa, e temos várias parcerias com o NIEPEM, que é outro grupo de pesquisa da UFMA, coordenado pela professora Mary Ferreira, que vai falar um pouco. Então, a gente faz essa interlocução relacionando temas que estão muito presentes na vida das mulheres, não só das mulheres das comunidades tradicionais. Então, as mulheres nos espaços de poder, que é uma área que a Mary puxa mais, mas que eu consigo trabalhar isso também dentro das comunidades tradicionais, que essas mulheres, na maioria das vezes, coordenam e estão à frente das associações, ocupam esses espaços. E a questão da vulnerabilidade também, onde relaciona a questão da violência, e mesmo do trabalho. As mulheres que exercem as duplas jornadas de trabalho, que também constituem um tipo de violência física e psicológica, essa sobrecarga dessas mulheres. Então, isso também é um ponto que a gente trabalha e desenvolve. Atualmente a gente constituiu na UEMA um comitê, um comitê de prevenção e combate à violência de gênero. Então, a política que a gente construiu dentro da UEMA, com mais cinco professoras, duas discentes, duas servidoras que compõem o comitê, que também trabalha nos eixos de prevenção, de combate e acolhimento de vítimas. Então, tem processo de denúncia e também de cursos de capacitação que a gente também desenvolve em parceria com o Fórum Maranhense de Mulheres, com o grupo da professora Mary.

Então, sempre a gente está fazendo algum curso de capacitação, fazendo algum movimento nesse sentido preventivo mesmo, dentro das universidades. Então, eu acho que é um ponto importante que a gente consegue colocar, dar praticidade a essas questões, levar isso para dentro da universidade, fazer esse discurso dentro da universidade e também fora, porque os projetos de extensão a gente faz em escolas públicas, o atual que a gente está desenvolvendo em escolas

públicas, lá na cidade operária, que é em torno da universidade. Então, acho que é algo importante também da gente sair dos muros e levar esse conhecimento também, dar esse retorno. A gente tem sempre essa preocupação nas pesquisas, a Mary vai falar um pouco disso, de dar o retorno para as comunidades. Então, no projeto da Mary, no meu também, sempre a gente vai, faz a coleta e faz alguma capacitação, alguma oficina com elas, levantando algumas questões importantes com essas mulheres..

Maxie: Depois foi a vez da Mary se apresentar…

Mary Ferreira: Eu sou Mary Ferreira, sou professora da UFMA desde 1992, quando entrei como professora colaboradora, mas eu já vinha de uma experiência anterior no movimento feminista. Então, quando eu chego na universidade como professora e pesquisadora, eu já sou feminista, já me encontro feminista, porque sou militante do Movimento de Mulheres do Maranhão, desde 1980, quando nós criamos o primeiro grupo feminista, que foi o Grupo de Mulheres da Ilha. Então, essa experiência de militância política das Mulheres da Ilha eu já trago para dentro da academia. E isso facilita, fortalece, exatamente, por conta de que eu sempre considerei que é no processo de educação que a gente consegue fazer maior interação com essas temáticas que eram muito difíceis no final dos anos 70 e nos anos 80. Então, quando me torno pesquisadora, os meus primeiros projetos, embora também sou bibliotecária, dizer também que, ao mesmo tempo que estou na luta feminista, sempre estive na luta por uma sociedade mais informada, mais cidadã, daí minha angústia com a questão da socialização da leitura e com a construção de bibliotecas, especialmente bibliotecas públicas e escolares. Então, isso sempre esteve dentro da minha trajetória, da minha vida e da minha militância política, a conciliação entre o movimento feminista e a luta por leitura e por cidadania. Então, quando chego na UFMA, logo que entrei, já fui para o mestrado e, no mestrado, comecei exatamente fazendo uma dissertação trabalhando a história do movimento feminista no Maranhão, no qual eu também era uma das protagonistas. E daí começa o trabalho de articulação entre a biblioteconomia, que é trabalhar a sociedade informada, e trabalhar a luta política por igualdade de gênero, que eu sempre conciliei isso dentro do trabalho acadêmico. Embora alguns pesquisadores ou alguns acadêmicos considerem que é difícil conciliar a luta política com a luta acadêmica, eu, para mim, sempre foi uma questão central. Eu nunca me vi uma acadêmica só dentro das quatro paredes, eu sempre me vi uma acadêmica que interagia, que levava as angústias do resultado das pesquisas para dentro da comunidade.

E isso eu tenho feito desde que entrei, desde o primeiro projeto de pesquisa que foi sobre o movimento feminista no Maranhão até os outros projetos que eu desenvolvi, entre os quais o projeto

com as parteiras também. Quando você fala de comunidades tradicionais, eu levo para dentro da academia o debate sobre as parteiras tradicionais, porque aqui no Maranhão era, até bem pouco tempo, o Estado do Brasil onde tinha o maior índice de parteiras que ainda se fazia, dada a fragilidade da rede de saúde, fazia-se muitos partos domiciliares. E um dos primeiros trabalhos que nós realizamos, ainda como Mulheres da Ilha, foi exatamente trabalhar a organização das parteiras e contribuir para o processo de inserção dessas mulheres dentro da rede de saúde, para que elas pudessem ter uma maior formação em termos do cuidado, em termos de higiene, em termos da humanização do parto. Então essas experiências que eu adquiri na militância eu levo para a academia e vou transformando isso depois em projetos de pesquisa e projetos de extensão, que, ao mesmo tempo que fazia pesquisa, eu devolvia. Assim como Neuzeli comentou, nós devolvemos o resultado para a sociedade. E dessas experiências, tem algumas que é importante destacar. Talvez de 2000... De 1998 para cá, trouxemos, inclusive, alguns encontros da REDOR, da rede de pesquisadoras, e com esses encontros a gente conseguia ampliar o número de pesquisadoras de gênero dentro da UFMA e dentro da UEMA. A Neuzeli é um dos primeiros grupos que se forjou lá. E hoje a gente pode dizer que se tem mais de 30 grupos de estudos de gênero iniciados pelo nosso esforço.

Meu e de outras professoras, como a professora Diomar, a professora Ieda, que já faleceu, a professora Sandra, que também já faleceu, que foram as pioneiras dos estudos de gênero dentro da UFMA. Antes delas, é importante também mencionar a presença e participação da Lucila Scavone, a professora que já se aposentou, da Unesp, mas que teve uma contribuição inestimável no debate feminista aqui no Maranhão, já que ela chegou no final dos anos 70. Depois que ela vai embora, ficamos nós como as continuadoras desse debate. Então, as nossas pesquisas têm essa linha do tempo, essa presença muito forte da luta feminista, que é uma luta política, que não dá para você fazer estudo de gênero, só fazer a comparação, se você não colocar o debate político dentro desse processo de se internalizar por que que a opressão continua e por que nós ainda sofremos tanta violência e agora tanto feminicídio. Então, essa discussão, a gente faz dentro do processo e do debate, uma pesquisa que tenha dados e que contribua para as pessoas pensarem e refletirem.

Clarissa: O compromisso com a transformação esteve presente nas falas das duas pesquisadoras, em especial quando se trata das violências e desigualdades de gênero. A universidade não aparece aqui como um ponto de chegada, mas como um território em disputa.

Mary: Para vocês terem uma ideia, no meu programa que eu sou professora, eu não falei, eu sou professora do curso de Biblioteconomia desde 1992 e sou professora do programa de pós-graduação em Políticas Públicas. Eu também fui da segunda turma de Políticas Públicas, em 1995. Eu fui a

primeira, eu e Lourdes Leitão, que é outra pesquisadora, nós fomos as duas primeiras dissertações de mestrado desse programa que abordava a questão de gênero. Eu estou estudando feminismo e ela estudando violência. Quando você avalia isso, quase 30 anos depois, você vai ver que houve um aumento imensurável de dissertações de mestrado só nesse programa. Aí você vai vendo no programa de Educação, de Ciências Sociais, como houve um interesse muito grande para os estudos de gênero. Embora você tenha esse interesse, do ponto de vista acadêmico, eu percebo a ausência do debate político dentro das discussões. A gente sabe que dentro da academia tem essa coisa da neutralidade. Penso que esse debate de neutralidade precisaria ser mais refletido, porque exatamente quando você estuda um tema, como é que você não se compromete com socializar aquilo e alterar? Eu acho que aí vem a questão do intelectual orgânico que tanto Gramsci fala e que a gente precisa realmente discutir dentro da academia. Então, eu vejo que apesar de que muitas teses, dissertações foram produzidas nesse período, que nós estamos comentando, mas eu não vejo o engajamento político desses pesquisadores na luta para realmente ampliar e socializar essa produção para que a sociedade possa ser mais esclarecida. É uma visão crítica que eu tenho sobre isso.

[Trilha sonora]

Samba com violão de sete cordas, cavaco e guitarra, surdo, triângulo e ganzá. Tocada leve e envolvente se introduz pela melodia instrumental.

É hora, agora, já foi
Eu quero cantar pra saudar o vento
Que é como o amar de cada momento
A paixão e a paz e eu já não me aguento
É querer demais que eu tenho aqui dentro

BLOCO 2 - UNIVERSIDADE COMO LUGAR DE TRANSFORMAÇÃO

Maxie: As professoras destacam como a universidade pode e deve ser um espaço de ação política. Os comitês de combate à violência de gênero e as iniciativas de extensão mostram como a pesquisa pode ultrapassar os muros acadêmicos. Mary destaca que as produções acadêmicas precisam retornar para as comunidades pesquisadas, para estimular o pensamento crítico da sociedade.

Mary: Então, eu tenho falado isso insistentemente em todos os debates científicos que eu tenho sido convidada, inclusive com a FAPEMA, que é a nossa Fundação de Pesquisa, e essa nossa insistência de

falar sobre esse tema, da necessidade de não só fazer a pesquisa, mas de você fazer um retorno. Não só você vai financiar o livro, mas financiar a socialização desse livro. Por exemplo, eu tenho um monte de livro produzido, mas esses livros circulam aqui no Maranhão. Pouca gente conhece a minha produção. E eu digo, não basta só produzir e editar o livro pra botar no meu currículo, mas eu preciso que esse conteúdo saia daqui. Ele cria outras formas. E eu estou brigando, hoje brigo, para que os editais de pesquisa prevejam: primeiro a extensão, que é um retorno, como a gente fez nessa pesquisa, nesse edital de 2016, porque tinha à frente uma outra pesquisadora feminista, que é a Silvane Magali. Como ela já conhecia a luta e estava na luta conosco, ela criou um edital de gênero e étnico-racial com previsão de extensão. E foi que a gente fez esse projeto de mulher na política, representação, primeiro colhendo o dado e depois retornando com os dados para estimular que mais mulheres pudessem entrar na política. Então nós fizemos isso. Também fizemos no edital da Avon, porque ela abriu também com essa coisa da extensão e a gente pôde também fazer o retorno. Então hoje eu estou dizendo não só isso da extensão, como também da socialização da produção. Pensa que é um pesquisador chegar em uma cidade, divulgar seu livro, mas antes ter um vídeo circulando na cidade, ter um folheto falando uma síntese desse livro que a pessoa está falando. Então você vai fazendo com que o conhecimento circule, porque qual é hoje o grande problema? É o nosso desconhecimento das bases. As pessoas vêm falar de Mary Ferreira, porque alguém falou, mas ouvir, conversar, discutir, dialogar, trocar, contestar, criticar, isso aí é necessário.

Clarissa: Mais do que devolver, elas propõem que a extensão seja pensada desde o início da pesquisa. Isso significa formar parcerias, fazer oficinas, construir espaços de escuta e troca de saberes junto com a comunidade. E nesse contexto, ganha força a discussão sobre a curricularização da extensão. Para Neuzeli, esse é um caminho estratégico para incorporar as temáticas de gênero, raça e sexualidade nos cursos de formação docente.

Neuzeli: Outra mudança importante também que está sendo constituída na UEMA, eu acho que também é uma tendência das federais, é a inclusão de temáticas transversais dentro dos cursos de licenciatura. Então, está existindo essa mudança, existem algumas resistências, mas principalmente temas como gênero, como a questão racial, étnica-racial, ambiental, e parece que a questão do empreendedorismo também, que é uma coisa que também já está caminhando. Mas são temáticas para adentrarem nesses cursos de licenciatura justamente para se conseguir fazer esses multiplicadores dessas temáticas na academia. Ou seja, pensar essas temáticas dentro da academia. Porque até então são temáticas que muitas das vezes estavam distantes de muitos cursos. Não só nos cursos de exatas, mas também no curso de humanas. Então, acho que, como Mary colocou, já existiu

muito avanço nos cursos, eu também participo de um programa, o Programa de Desenvolvimento Socioespacial e Regional, de mestrado na UEMA, e hoje a gente já tem uma disciplina, que eu propus uma disciplina de mulher e políticas públicas, Estudo de gênero, mulher e políticas públicas. Por quê? Porque tem realmente muitos trabalhos dentro do programa relacionados a gênero e muitas das vezes não encontra esse respaldo ou pessoas trabalhando nessa área. Então, hoje eu percebo que não só eu oriento, mas existem outras professoras que já orientam também sobre as questões de gênero. E a grande indagação é: "ah, mas vão criar esse sistema, quem vai ministrar essa disciplina?". Mas a gente tem que começar de algum lugar, tem que começar de algum lugar para que isso seja realmente desenvolvido dentro da academia, que novas pesquisas também, novas temáticas sejam levantadas por essas questões, que elas não fiquem distantes, porque parece que a gente vivencia essas questões a todo momento e parece que elas estão distantes, longe da nossa vivência, da nossa realidade. A gente não traz isso para a academia. Então, por isso que eu falei que essa proposta do comitê na UEMA foi muito importante porque ela justamente vem trazer essas questões para dentro da universidade e isso, de certa forma, vai aguçar interesse em todas as outras áreas, não só nessa área prática, mas também dentro da licenciatura, dentro da pesquisa. Então, eu acho que essa ampliação do estudo também é muito importante, se pensar as licenciaturas e levar esse conhecimento de uma forma mais ampla.

Clarissa: Mas como enfrentar as resistências de dentro da própria universidade? A resposta está em ações concretas: elas criaram comitês, redes e disciplinas que tratam desses temas. Porque, como elas lembram, gênero não é uma questão periférica: é estrutural.

[Trilha sonora]

Samba com violão de sete cordas, cavaco e guitarra, surdo, triângulo e ganzá. Tocada leve e envolvente se introduz pela melodia instrumental.

Pra que esperar se eu sou movimento?
Pra que questionar inventaram tempo?
É hora, agora

BLOCO 3 - VIOLÊNCIA DE GÊNERO NAS INSTITUIÇÕES

Maxie: A universidade também é um espaço de disputa e violências. As professoras abordam casos de assédio sexual e institucional em instituições de ensino, especialmente nos Institutos Federais nos interiores do estado, e denunciam a omissão dos gestores diante das violências.

Neuzeli: Então, aqui no Maranhão, existem muitos institutos nos interiores. E isso teve um impacto muito grande nas questões de gênero. Por quê? Porque esses professores eles saem, geralmente, da capital para trabalhar no interior, nesses institutos. Isso tudo teve um embate nas relações desses professores, principalmente com essas meninas. Então, essa questão de como esse professor usa esse poder que ele tem dentro dessas relações desses institutos. Então, teve casos no IFMA, foram casos absurdos que ocorreram aqui de questão de assédio sexual, de estupro.

Clarissa: Neuzeli destaca a importância de se pensar a formação e a relação de poder existente dentro do contexto social entre professores e alunos nesses institutos. Porque tudo isso está conectado com a formação dos professores. Como formar educadores para atuar no interior, sem qualquer preparo para lidar com questões de gênero e sexualidade?

Neuzeli: Então, por exemplo, se houvesse uma formação de gênero desse professor, ele iria ocorrer esse tipo de situação? Não. Então, perceba como isso é importante. Então, esses institutos mandam esses professores para os interiores sem nenhuma preparação nesse contexto, nessa temática de relação de gênero, que é totalmente de vital importância. Porque as relações ali que vão se constituir não são só relacionadas a português, matemática. Então, essas transversalidades, esses temas eles são importantes, que sejam discutidos e que o professor seja preparado. Ou seja, que ele consiga se posicionar dentro dessas relações de uma forma positiva. E não dessa forma a transgredir e a usar o seu poder dentro dessa sociedade patriarcal para violentar essas meninas do interior, que olham aquele professor como: “olha um professor vindo da capital”. Elas veem isso como algo... Então, se sentem até lisonjeadas muitas das vezes de serem assediadas. Ou seja, não têm uma consciência clara do que está acontecendo ali. Quando se veem justamente em uma situação de violência. E muitas das vezes elas são violentadas mesmo. Na palavra violência mesmo. Estupradas, assediadas. E como isso também, de certa forma, afasta essas meninas do convívio e das relações educacionais. Muitas vão abandonar, vão ficar grávidas e outros fatores de consequências negativas que isso pode lhe dar. Então percebe como a responsabilidade da universidade de formar, de correlacionar esses eixos na formação desses professores é algo que já deveria estar sendo pensado. Porque não é simplesmente sair criando um monte de instituição e você não ter um preparo desses professores.

Maxie: Assim como na política, os homens tomam posse como professores e coordenadores nos Institutos Federais, e constroem um espaço hostil para as mulheres.

Mary: É igual a história da política. Os homens acham reduto deles. A gente tem que forçar a barra para entrar. E, mesmo entrando eles nos sujeitam às violências políticas. Então, no IFMA, ali foi construído um espaço de homem para homem. As mulheres que chegam lá, nos vários cursos de tecnologia, elas têm muita dificuldade para se colocar numa postura de igual para igual. Eles não deixam. Não deixam por causa da cultura patriarcal, como o Neuzeli colocou. Essa cultura não tem sido trabalhada. Como, por exemplo, as universidades federais, as estaduais, têm feito esforço, através de nós pesquisadoras, de fazer esse trabalho contínuo de preparação, de curso, de extensão, de pesquisa, de envolver a pós-graduação. Mas no IFMA não tem tido esse esforço. O número de mulheres pesquisadoras dessa área lá é muito pequeno. E há uma resistência muito grande dos professores de debater. Porque aqui mesmo, no Maranhão, nós já fizemos vários esforços de fazer o debate com a reitoria. Eles fazem uma discussão, depois não fazem mais. Fazem de conta que tudo alterou e a gente sabe que não alterou. Então, nós estamos agora com o propósito de fazer um dossiê e mandar para o MEC para ver se a gente consegue interferir nessa situação que é gravíssima.

Clarissa: O problema não é só a violência em si, mas também o silêncio das instituições. Falta preparo, falta resposta, falta compromisso. Elas relatam como muitas alunas sequer conseguem fazer a denúncia. E quando conseguem, essas denúncias se arrastam. Este caso que elas contaram pra gente do professor do IFMA é um exemplo disso. O assédio ocorreu em 2015 e a denúncia foi feita em 2016. Somente agora, em 2025, após uma série de protestos de alunas e servidoras, é que o IFMA acabou rejeitando de forma unânime o recurso administrativo que possibilitaria o professor voltar a dar aula.

Maxie: Outro caso emblemático, no mesmo instituto, também teve um desfecho somente esse ano. Um servidor que abusou de uma aluna foi denunciado em 2019. Em 2021, ele entrou com uma série de recursos para manter seu cargo. Depois de intensas mobilizações, a sua demissão ocorreu agora em 2025. Das denúncias que correm no instituto, esta foi a única demissão, e somente aconteceu sob muita pressão. É preciso romper o ciclo de impunidade e exigir que as instituições se responsabilizem.

[Trilha sonora]

Samba com violão de sete cordas, cavaco e guitarra, surdo, triângulo e ganzá. Tocada leve e envolvente se introduz pela melodia instrumental.

Pra que esperar se eu sou movimento?
Pra que questionar inventaram tempo?
É hora, agora

BLOCO 4 - COMITÊS, POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DIFICULDADES

Maxie: Para Neuzeli e Mary, formar professores e professoras conscientes das relações de gênero é um passo essencial para transformar o presente. Elas comentam sobre os limites da formação atual e os impactos concretos disso nas escolas e universidades. A criação dos comitês de combate à violência de gênero aparece como um marco.

Neuzeli: Então, o comitê, né, ele foi uma política criada, né, em 2022, foi aprovada pelo Consu já em no início de 2023. Então, o comitê tem um ano e meio, né? Quase dois anos de de de existência, né? Como eu falei no início, ele tenta trabalhar nesses três eixos, né, de prevenção, de combate, acolhimento. Então, nesse eixo de prevenção, a gente tem tentado fazer algumas ações importantes, né, dentro da universidade. É, como curso de capacitação, né, que a gente tenta construir esses cursos, né, dentro da universidade, também tentando pegar toda comunidade. No ano passado nós fizemos o curso de capacitação aqui nesse lugar, né? Que foi o curso sobre sobre violência, violência de gênero, né? Foi um super importante, ele durou, teve uma duração de 2 meses, né? Praticamente, 2 meses.

Mary: 60 horas e com uma cartilha que nós elaboramos. Isso. A gente sempre elabora material educativo, porque consideramos essa coisa da internalização dos conteúdos importante. Todos os cursos a gente faz sempre apontando muito importante que você esteja multiplicadora, aí são viés do nosso cursinho. Isso.

Neuzeli: E agora a gente tá com esse com esse curso de capacitação nas escolas públicas, né? A gente agora tá totalmente com três escolas, ou até novembro com essas três escolas, né, um curso dividido em quatro módulos, né, módulos mais introdutórios, né, relacionando a questão de gênero, diferença, questão racial, de classe, movimento feminista. Depois a gente leva na questão da violência, né, que é a parte maior. Depois a questão de educação de gênero e sexualidade, que é um

que é um um ponto culminante também dentro das escolas e depois as práticas, né, como que elas vão dar aplicabilidade a isso dentro da sala de aula, nas várias disciplinas, né? Porque a questão é você conseguir fazer isso de uma forma transversal, né, no cotidiano da escola. Aí você tá na aula de educação física, você conseguir levar essas meninas para a quadra, não ficar só lá na arquibancada torcendo. Na aula de matemática, incentivar essas meninas na aula de matemática, que muitas das vezes são deixadas de lado. Né? Então as mulheres não tão lá nas comunidades, cuidando do dinheiro, da parte econômica, porque muitas das vezes não são estimuladas lá na escola na área de matemática, de exatas. Né? Acho que isso é algo distante, números é algo distante, né? Então as professoras tentarem trabalhar dessa forma uma transversal. Então a gente pensa nesse projeto muito importante, sempre a gente faz projetos nas escolas públicas com os estudantes diretamente, né? Nesse projeto a gente tá fazendo diferente, trabalhando com os professores, para que eles possam ser multiplicadores, cotidianamente, nessa escola.

Clarissa: Além disso, é importante pensar a saúde mental e como pessoas dissidentes de gênero são tratadas e acolhidas nos espaços acadêmicos. Esses núcleos tentam construir políticas institucionais efetivas para acolhimento, prevenção e denúncia.

Neuzeli: E agora a gente, mês que vem a gente já tá articulando, né, o curso de Saúde mental e gênero, né, que também é algo que a gente acha muito importante, já que a gente tá vendo o adoecimento dessas mulheres, né? Você vê isso dentro da universidade. E o comitê, dentro dessa questão preventiva também, ele propôs agora uma resolução que foi aprovada, inclusive ontem, pelo Consu, né, da universidade, resolução do nome social, que era algo que a gente não tinha pensado ainda, né, não tinha. A universidade ainda não tinha pensado, né, como desburocratizar essa questão. E como, eu sei, eu tenho várias alunas que às vezes passam o semestre inteiro com o nome, o nome, não não tem o nome social no diário, né? A gente vai chamar, muitos professores esquecem, muitos dos professores têm resistência, né? Como eu falei na defesa lá do Consu, que essa resolução, ela é até mesmo educativa pros próprios professores, para que eles se conscientizem da importância do nome social, né? Que essas pessoas sejam incluídas nesses espaços. A universidade tem esse papel e tem essa obrigação e essa dívida. Então, aí a gente fez a defesa, né? A gente elaborou, a gente ficou uns cinco meses elaborando essa resolução, porque é muita… A gente não tem ninguém jurídico, né? A gente ainda tá, a gente ainda tá batalhando para conseguir algumas, né, a gente tem já a rede de psicólogo da universidade que tá dando amparo pra gente, né, que é muito importante. Toda vítima a gente tá encaminhando lá pra pro setor psicológico, né, que tá sendo muito importante.

Daniela: Eles acolhem?

Neuzeli: Acolhem! Então as meninas estão fazendo acompanhamento.

Maxie: Elas mostram que é fundamental a existência dessas políticas de "contenção de danos" que estipulem protocolos e proteções para os casos de violência de gênero.

Neuzeli: Teve caso de violência sexual, de assédio sexual, de transfobia, homofobia. Então a gente faz assim, na política existe a marcação de todos os tipos de violência e qual o protocolo que vai ser tomado? Tem fluxograma em relação a cada tipo de violência, a depender do grau, né? Onde vai ser o encaminhamento? Então isso também é importante. Então várias vítimas que a gente atende fazem a denúncia, que a gente faz a escuta, monta a defesa, monta o processo para fazer o encaminhamento administrativo dentro da UEMA. Então aí a gente também faz o acompanhamento desse processo, porque às vezes ele para em algum lugar. Ele não anda, né?

Clarissa: Mas as dificuldades são muitas, o que gera sobrecarga para as poucas professoras que se empenham em combater essas violências.

Neuzeli: Porque existe as várias, as professoras que estão empenhadas, né, na execução, né, dessas dessas demandas, né? Mas a gente vê dificuldades porque a gente ainda não tem estrutura. A gente não tem lugar, porque a gente vai atender as vítimas e eu tenho que fazer a reserva de uma sala. A gente ainda não tem um lugar apropriado, né, para, né, não tem um, nem que seja uma estagiária, uma funcionária. A gente tem que fazer tudo: montar um processo desse, fazer transcrição de escuta. É muito trabalhoso. Ou seja, a gente já tá com mais de 10 processos de violência, né? Tem dois lá ainda que a gente tá tentando mandar, que a gente também tem um prazo, né? Dentro do protocolo tem um prazo. A gente tá tentando seguir esse prazo dentro do protocolo, que também é difícil, né? Porque nós somos poucas e também temos outras atividades na universidade, né? Não é nem um cargo de comissionado, não é nada. Ou seja, é mesmo um trabalho, diria até voluntário, né? Quase voluntário. Porque a gente às vezes tem que priorizar a sala de aula, priorizar a gente: "agora eu não vou poder mexer nisso", "eu tenho aula agora", "eu tenho projeto que eu tô fazendo". Então, é essa dificuldade que a gente tá encontrando, a questão estrutural, mesmo, da logística mesmo. Mas a logística importante que eu achei que a gente conseguiu foi essa do acompanhamento psicológico, que tá sendo muito importante. As próprias vítimas relatam isso, da importância desse encaminhamento.

Maxie: O que escutamos aqui não é apenas um relato sobre violência, mas sobre resistência. Criar comitês, protocolos, cursos e fluxogramas é também inventar caminhos de cuidado onde antes só havia silenciamento.

[Trilha sonora]

Samba com violão de sete cordas, cavaco e guitarra, surdo, triângulo e ganzá. Tocada leve e envolvente se introduz pela melodia instrumental.

Que é como o amar de cada momento
A paixão e a paz e eu já não me aguento
É querer demais que eu tenho aqui dentro
E eu tenho
Pra quê?

FECHAMENTO

Maxie: As trajetórias de Neuzeli e Mary mostram como a universidade pode ser território de luta, mas também de cuidado e transformação. Mais do que pesquisadoras, elas são militantes que constroem redes, enfrentam silêncios e criam políticas.

Clarissa: A escuta dessas vozes nos lembra que pensar gênero e sexualidade não é só fazer teoria, é também produzir movimento, tensionar instituições, abrir caminhos para outras formas de ensinar, de pesquisar e de viver. No Maranhão, elas insistem: a pesquisa precisa sair dos muros da universidade, precisa tocar as pessoas. Como elas dizem, o conhecimento precisa ecoar. Pra fora da universidade e também para dentro das suas próprias práticas.

Maxie: Esse foi o episódio "Saberes feministas e experiências de militância e pesquisa no Maranhão". Agradecemos muito pela sua audição. Mais informações sobre as participantes do episódio você encontra na nossa página: mundareu.labjor.unicamp.br/sexta_temporada. Esse episódio foi gravado por mim, Daniela Manica e Vanessa Lourenço. Eu fiz a transcrição do áudio e elaboração do roteiro. A revisão do roteiro foi feita por Daniela Manica e Clarissa Reche. Os cortes de áudio pelo Gabriel Marçal, e a divulgação, por Fernanda Mariath.

Clarissa: A música dessa temporada é “Já foi”, da cantora Janine Mathias. Agradecemos o apoio da FAPESP, da Unicamp, e do CNPq. Este foi o quarto episódio da sexta temporada do Mundaréu. Voltamos no mês que vem com a última história de luta e resistência das pesquisadoras e ativistas brasileiras desse projeto. Não perde. Até lá.

[Trilha sonora]

Samba com violão de sete cordas, cavaco e guitarra, surdo, triângulo e ganzá. Tocada leve e envolvente se introduz pela melodia instrumental.

Pra que esperar se eu sou movimento?

Pra que questionar inventaram o tempo

É hora, é hora, agora já foi, laialaia, já foi

Vamos brincar, já foi

Laialaia, já foi. Vamos brincar

Já foi